

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA: TECENDO COMENTÁRIOS SOBRE A POLÍTICA FEDERAL E ESTADUAL.

Edenice da Silva P. Brito
IFBA – Campus Salvador. edeniceb@ifba.edu.br

Lisiane Weber de Oliveira
UFBA. lisweber@bol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado parcial da pesquisa sobre Educação Profissional que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, no curso de Mestrado, tomando como suporte metodológico documentação oriunda de fontes bibliográficas e pesquisa explicativa em duas instituições de ensino de educação profissional na cidade do Salvador, Estado da Bahia, particularmente no Instituto Federal da Bahia (IFBA) – cursos integrados; e no Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia - CEEP-BA, cursos subsequentes e tem por objetivo traçar um breve panorama sobre a implantação das políticas públicas referentes à Educação Profissional adotadas no Estado da Bahia, a partir de 2004.

Palavras-chave: educação profissional; políticas públicas; trabalho.

ABSTRACT

This article presents the partial result of the research on Professional Education that has been developed at the Graduate Program of the Education School of the Federal University of Bahia (UFBA), in the Masters program, taking as methodological support, documentation derived from bibliographic sources and explanatory research in two teaching institutions of professional education in the city of Salvador, Bahia, particularly at the Federal Institute of Bahia (IFBA) – integrated courses; and the State Center of Professional Education of Bahia – CEEP – BA, subsequent courses; which objective is to draw a brief overview on the implementation of public policies related to the Professional Education adopted in Bahia, from 2004 on.

Key-words: professional education; public policies; work.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo traçar um breve panorama sobre a implantação das políticas públicas referentes à Educação Profissional no Estado da Bahia, a partir de 2004, tomando como referência dois focos distintos, a rede Federal e a rede Estadual.

Desde 2003, com a eleição para presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal vem reestruturando, por meio de políticas públicas, a educação profissional. Estas políticas, atualmente, estão enfocadas nos aspectos da educação integrada e técnica de nível médio. Os reflexos dessa política de valorização da educação profissional, foram desencadeados desde o primeiro mandato do governo Lula, com a revogação do Decreto nº 2.208/97 e com a criação, no segundo mandato, dos Institutos Federais, no final de 2008, através da Lei 11.892. A nível estadual, as políticas para a educação profissional tem sido norteadas pelos princípios federais.

Na Bahia uma das instituições que sofreu as transformações provenientes dessa legislação foi o CEFET que foi transformado em Instituto Federal da Bahia– IFBA, visando atender ao projeto do governo federal para o pleno desenvolvimento socioeconômico do país e principalmente do Estado. Essas políticas ressoaram também no âmbito estadual, com a criação da Superintendência de Educação Profissional –SUPROF, através Decreto Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, a qual elaborou o Plano de Educação Profissional da Bahia, que engloba várias ações direcionadas ao cumprimento da política pública adotada pelo Estado da Bahia, no que tange a educação profissional. Para viabilizar as ações desse plano inaugurou o Centro Estadual de Educação Profissional-CEEP, em 2008.

Diante desse contexto, daremos ênfase a análise das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de cursos integrados do IFBA e de cursos subsequentes do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia, buscando traçar um paralelo entre essas duas realidades.

Dentre os questionamentos que nos inquietam, destacamos: Como estão sendo implementados esses cursos integrados? E os cursos subsequentes, como estão sendo vistos pelos educandos? Que jovem busca essas modalidades de ensino? Estas questões são a essência da discussão que proponhamos debater e se encontram divididas em três tópicos.

No primeiro tópico buscamos analisar a relação trabalho e educação nos seus aspectos ontológicos, filosóficos e sua relação com a educação profissional técnica de nível médio, por entendermos que esta modalidade de educação está diretamente relacionada ao trabalho. No segundo tópico traçamos uma breve trajetória da Educação Profissional na Bahia, aprofundando nas atuais políticas, a nível federal, especificamente no IFBA, e a nível estadual, especificamente no CEEP, principalmente no que concerne ao período de 2004-2010. No terceiro tópico referimo-nos às considerações, refletindo sobre o panorama analisado, traçando um retrato dos estágios em que se encontram a implementação dessas políticas especificamente nas instituições escolhidas.

1. A perspectiva histórica da relação Trabalho e Educação

O trabalho sempre ocupou lugar central na vida de diferentes comunidades, onde gradativamente foi sendo limitado pelas condições socialmente estabelecidas. Os distintos significados atribuídos ao trabalho, são oriundos de concepções não só das ciências sociais como Antropologia, Sociologia, Economia, Psicologia, mas também outras que definem ou alteram essa relação, como as concepções políticas, religiosas, econômicas, históricas, culturais, biológicas, sendo o homem encarado como produto e produtor da sociedade na qual se insere.

Dentre muitas das análises a respeito do trabalho, este pode ser considerado o processo entre a natureza e o homem, através do qual este realiza e controla, mediante sua própria ação, o intercâmbio de matérias com a natureza. Quando afirmamos isso, estamos associando a formação do ser humano ao ato de trabalhar e ao mesmo tempo de educar-se. Todavia, esta reflexão precisa ater-se as transformações da humanidade. Segundo Saviani (2007), este processo duplo trabalho-educação é uma característica própria do ser humano, isto é, somente ele é capaz de trabalhar e educar, porém é necessário considerar as condições reais de sua existência.

Para Marx, o indivíduo é um ser inteiro, dirigindo sua própria natureza. Pode-se dizer que o trabalho é uma ação humanizada exercida num contexto social, que sofre influências oriundas de distintas fontes, resultando numa ação recíproca entre o trabalhador e os meios de produção, em constante interação com a organização social.

Com o desenvolvimento da humanidade e também a divisão dos homens em classes – proprietários e não proprietários, cria-se uma divisão na educação, que nas comunidades primitivas era plenamente identificada com o processo de trabalho. Segundo Saviani (2007), dessa divisão de classes, duas modalidades distintas de educação se acentuam: uma para a classe proprietária, baseada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico e militar e a educação para a classe não proprietária, vinculada ao próprio processo de trabalho. Para este autor:

[...] o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre trabalho e educação. No entanto, não se pode perder de vista que isso só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. Com efeito, é o modo como se organiza o processo de produção – portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida – que permitiu a organização da escola como espaço separado da produção. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja, nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma de separação entre escola e produção (SAVIANI, 2007, p. 157).

Conforme afirmado acima, a divisão de classes provocou a separação entre o trabalho manual e intelectual e conseqüentemente a separação entre escola e produção, acarretando uma educação vinculada ao processo produtivo, à educação profissional, e outra destinada à educação para o trabalho intelectual com o objetivo de formar os futuros dirigentes da sociedade. A educação propedêutica, a qual passa a ser considerada a educação propriamente dita, estabelecendo-se a dualidade estrutural da educação e a separação entre educação e trabalho

Um marco para a relação trabalho-educação foi a Revolução Industrial, que trouxe consigo transformações vitais com aplicação de conhecimentos científicos e de novos avanços tecnológicos industriais, trazendo benefícios do ponto de vista da organização e racionalização do trabalho. Mas, mesmo com todo o avanço tecnológico e reestruturação do trabalho, este é indispensável a existência humana, quaisquer que sejam as formas de sociedade. Esta centralidade do trabalho encontra-se corroborada nos dias de hoje, no próprio processo de existência e desenvolvimento do ser humano.

As mudanças no mundo do trabalho, no entanto, exigem um trabalhador com formação multirreferencial, articulado com o conhecimento científico e o saber fazer, sendo ao mesmo tempo capaz de atuar praticamente e trabalhar intelectualmente, dominando ao mesmo tempo as

tarefas específicas, as formas de organização e gestão do trabalho e compreendendo as relações sociais mais amplas que constituem a sociedade, onde exerce as funções de produtor e de cidadão. Essa formação norteia a concepção dos cursos integrados, idealizado pelo governo. Todavia, entre o idealizado e o construído encontra-se uma lacuna extensa

A educação como prática social está articulada aos interesses da sociedade, sejam eles econômicos, políticos ou culturais. Desta forma, o sistema educacional está vinculado aos interesses de classes e de certa forma pautado nas contradições entre capital e trabalho. Segundo Frigotto (2003), a educação, como parte de uma totalidade compreendida por múltiplas determinações e relações sociais, é constituinte e ao mesmo tempo constituída por estas relações. Portanto, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica

A hegemonia capitalista submete os processos educacionais aos seus interesses, colocando-os a serviço de seu funcionamento. Nesta perspectiva, a educação assume a função de contribuir para o sustento do capitalismo. Entretanto, compreendida como prática social universal, cuja existência é percebida em qualquer modo de produção visto na história, e por estar inserida num campo de disputa hegemônica, a educação pode voltar-se para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora, contribuindo efetivamente para a conformação de uma nova hegemonia. Nesta perspectiva, é necessário resgatar a vinculação ontológica entre trabalho e educação.

2. Trajetória recente das políticas públicas para a Educação Profissional na Bahia

A discussão de políticas públicas para a educação profissional na Bahia, necessariamente reporta-nos às políticas no âmbito federal, e a base de análise basicamente está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, a qual traz um capítulo especial dedicado à educação profissional, o Capítulo III do Título V. Logo após a promulgação dessa lei, em 1997, é instituído o Decreto 2.208/97, oficializando uma dicotomia entre ensino médio e educação profissional, situação essa que perdurou até a promulgação do Decreto 5.154/2004, o qual restabelece a possibilidade de integração entre educação profissional e ensino médio.

De acordo o § 1º do Art. 4º do Decreto 5.154/2004, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; (...)

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A partir desse decreto ações diversas foram sendo tomadas pelas instituições de ensino que ofertavam cursos técnicos profissionalizantes. Tomando como base a legislação recente referente à educação profissional, selecionamos as que consideramos mais significativas para esta discussão e traçamos um quadro comparativo das ações ocorridas na implementação das políticas públicas na Bahia, especificamente nos lócus de pesquisa por nós escolhidos, enfocando a trajetória das duas modalidades de ensino.

QUADRO COMPARATIVO - AÇÕES IMPLEMENTADAS		
Documento Oficial / Período	Ações Federais e no IFBA	Ações estaduais e no CEEP-BA
2004- Decreto n. 5.154/2004: restabeleceu o ensino Integrado		
2005	Criação de novos cursos integrados	
2006 –		Criação do Plano Plurianual (PPA) do Estado da Bahia
2007-		Criação da Suprof Superintendência de Educação Profissional; Implantação dos Centros Territoriais e Locais de Educação Profissional com oferta de matrícula pra diversos cursos
2008 Lei n. 11.892/2008: institui a Rede Federal de Educação Profissional e	Ampliação do IFBA com criação de campi em vários municípios da Bahia.	Lançamento do Plano de Educação profissional da Bahia Inauguração do Centro Estadual de Educação Profissional CEEP-BA;

cria os Institutos Federais.		Ampliação de vagas nos Centros Locais e Territoriais
2009 -	Criação de cursos de licenciatura nos campi de Barreiras, Eunápolis, Santo Amaro, Valença.	Início dos cursos na modalidade subsequente, com a oferta de 4 cursos no CEEP-BA; Ampliação de vagas nos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional
2010	Abertura de dois concursos públicos, sendo um para docente (148 vagas) e um para técnico-administrativos (156 vagas) Continuação do plano de expansão com inauguração do campus de Paulo Afonso.	Continuidade dos cursos na modalidade subsequente no CEEP-BA; Ampliação de vagas nos Centros Locais e Territoriais

Fonte: Autoria própria

Com este sucinto quadro histórico, acreditamos ter traçado um panorama que possibilitará, agora, entender as análises que empreenderemos sobre as políticas públicas para a educação, no que concerne à educação profissional, relativas às instituições pesquisadas nas modalidades integrada e subsequente.

2.1 A Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFBA

O Instituto Federal da Bahia (IFBA) é uma instituição secular, completou 100 anos em 2009, dedicados à educação profissional. Isso significa dizer que a educação profissional ao longo de sua existência sofreu várias reconfigurações e transformações. Hoje, como uma autarquia do governo federal, pertencente à rede federal de educação profissional e tecnológica, caracteriza-se pelo oferecimento de cursos técnicos e tecnológicos, em todos os níveis e modalidades de ensino, priorizando, todavia, a forma de cursos integrados. Quando afirmamos isso, baseamo-nos na própria legislação (art. 8 da Lei 11.892/08), que prevê a oferta, em cada exercício, de no mínimo 50% das vagas para atender a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados.

Possui estrutura multicampi implantadas e funcionando em dez municípios: Salvador, Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Porto Seguro, Camaçari e Paulo Afonso; em fase de implantação e pertencente ao plano de expansão estão Feira de Santana, Irecê, Ilhéus, Jacobina, Seabra e Jequié.

Na rede federal delimitamos como lócus de observação o campus Salvador-BA, do IFBA, por ser o mais antigo e abrigar o maior número de cursos na modalidade integrada, conforme quadro 1 a seguir:

QUADRO 1

CAMPUS	MODALIDADE INTEGRADA
Salvador	<p>Automação</p> <p>Edificações</p> <p>Eletrotécnica</p> <p>Eletrônica</p> <p>Geologia</p> <p>Mecânica</p> <p>Química</p> <p>Refrigeração</p>

Fonte: Coordenação de Seleção do IFBA

De acordo com este quadro, são oito cursos na forma integrada. Segundo a Coordenação de Seleção, estes cursos possuem uma demanda grande pela sociedade, em média 16 candidatos por vaga, conforme tabela abaixo. Também, são reconhecidos pela qualidade na formação dos futuros profissionais; sendo a forma de acesso através processo seletivo classificatório. Para o ano de 2011 serão oferecidas 130 vagas por ano para o curso de Química, 25 vagas para o curso de Geologia e para os demais cursos 60 vagas.

Tabela de relação candidato/vaga – processo seletivo 2010

SALVADOR		
CURSO	VAGAS	CONCORRÊNCIA
Química	105	13,03
Automação Industrial	50	15,38
Edificações	45	20,82
Eletrotécnica	50	16,88
Geologia	20	31,75
Eletrônica	50	16,72
Mecânica	50	12,22
Refrigeração	50	7,28

Fonte:www.ifba.edu.br

Entendemos que as políticas educacionais são os projetos e estratégias do governo para com a educação, que por meio de um conjunto de leis organizam, orientam e controlam a Educação; e, esta, toma forma através das ações governamentais. Para a educação profissional a política em vigor mais significativa é a Lei 11.892/2008, que cria os Institutos Federais. Esta nova instituição encontra-se em imbuída no processo de reestruturação, a nível filosófico, organizacional, pedagógico, e político.

Todo esse processo de reestruturação está mobilizando os servidores técnico-administrativos, docentes e gestores que se empenham em compreender e construir esta nova identidade institucional com participação na elaboração do estatuto, do regimento interno, bem como empreender ações efetivamente capazes de promover a transformação dessa nova instituição. Estes desafios são corroborados por Leal Neto, Brito e Antoniazzi (2009 p.107), ao afirmarem “que essa mudança do CEFET-BA para IFBA não seja apenas aparente, mas atinja a essência da instituição, transformando, de fato, a concepção de educação profissional e tecnológica.” Portanto, o desafio maior.

Arelado a toda essa possibilidade de transformação encontram-se os oito cursos integrados, expostos acima, todavia, selecionamos o Curso de Manutenção Mecânica Industrial, para exemplificar as ações dessas políticas públicas de integração. Analisando a matriz curricular deste curso verifica-se 52 disciplinas, distribuídas em quatro anos, sendo uma média de 13 disciplinas por ano, com carga horária variando entre 60 e 90 horas, totalizando 3780 horas. Entretanto, a concepção de integração desses cursos merece um debate mais aprofundado, que não cabe neste trabalho.

Diante dessa discussão buscamos em Leal Neto, Brito e Antoniazzi a reflexão no que concerne as mudanças propostas nesta políticas ao afirmar que:

Esperamos que as mudanças proclamadas pelo governo federal para a educação profissional não fiquem apenas no discurso, mas sim transformem-se, efetivamente, em estratégias concretas dos seus idealizadores, garantidos, sobretudo, os recursos financeiros para que o IFBA possa viabilizar a sua proposta pedagógica.(2009, p.107)

Com isto, estes autores vislumbram, também, as possibilidades de mudança na área de educação profissional, especificamente nos cursos integrados.

2.2 A Educação Profissional Técnica Subsequente no CEEP-BA

Na Bahia, especificamente, é possível observar através da mídia impressa e televisiva e nos documentos oficiais um crescente interesse e aumento na oferta de vagas na área de formação profissional, especialmente após o lançamento do Plano de Educação Profissional da Bahia em 2008. A proposta do governo estadual, dentre outras ações, promoveu a implantação de cursos de Educação Profissional abarcando as várias modalidades de ensino e a inauguração do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia -CEEP-BA, em Salvador, além de Centros Territoriais de Educação Profissional, espalhados por todo o Estado.

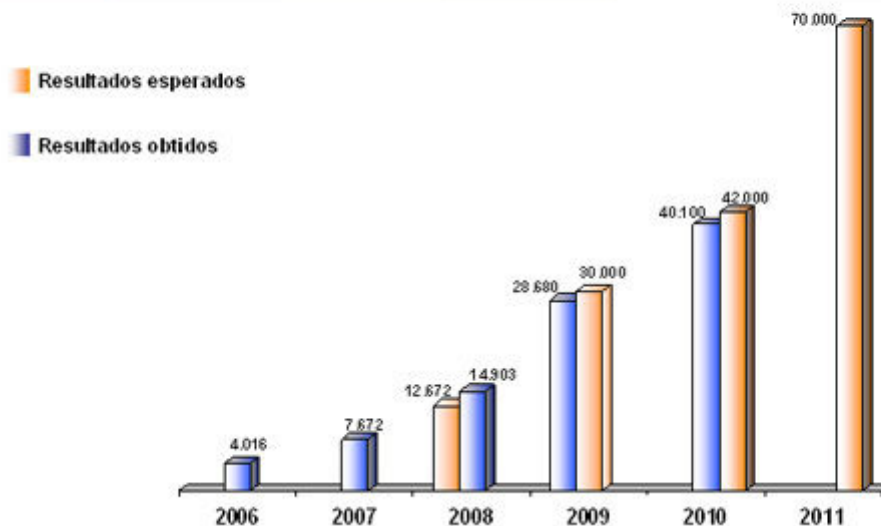
Essas ações são acompanhadas pela Superintendência de Educação Profissional- SUPROF, cujo papel é planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de Educação Profissional, incluindo orientação e certificação profissional, para garantir que os jovens e trabalhadores baianos nessa formação profissional tornem-se aptos para atender às demandas do mundo do trabalho e se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia.

Elevar o número de alunos matriculados, possibilitando assim o acesso cada vez maior dos jovens a uma formação profissional é uma das metas traçadas no Plano do governo estadual, que vem sendo implementada gradativamente, conforme podemos verificar na progressão das matrículas em cursos de educação profissional referenciadas no gráfico abaixo:

Educação Profissional – BAHIA

Resultados Obtidos/Esperados

2006/2011 (matrículas)



Fonte: SUPROF –publicação em 20/01/2010.

Para melhor compreender como está ocorrendo essa implantação, efetuamos uma visita ao CEEP-BA, outro locus da pesquisa, onde realizamos uma entrevista com o responsável pela Diretoria de Articulação com o Mundo do Trabalho – DANT que faz parte da organização administrativa do CEEP-BA e é responsável pelas discussões entre trabalho e educação atuando juntamente com a Diretoria Pedagógica na elaboração dos planos de ação da Instituição e o mesmo destacou os desafios centrais que norteiam o projeto político-pedagógico do CEEP-BA:

- A articulação da formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica, criando condições para superar a fragmentação entre o pensar e o fazer no processo da formação humana.
- A conexão entre a concepção trabalho, ciência e cultura e as demandas dos jovens e adultos baianos.

Segundo o responsável pela DANT, o CEEP-BA, no ano de 2009 iniciou com a oferta de 4 cursos na modalidade subsequente, a saber: Técnico de alimentos; Técnico em hospedagem; Técnico em eletroeletrônica e Técnico em rede de computadores. Para o ano de 2010 a meta é

o funcionamento de mais cursos, porém a modalidade PROEJA, com cursos integrados, e o Ensino Médio integrado, ainda não foram contemplados. Segundo o Plano de Educação Profissional da Bahia, esta é uma meta a ser alcançada a curto prazo.

Segundo as informações coletadas, os cursos estão estruturados em matrizes curriculares “em movimento”, não fechadas e, os planos de cursos ainda estão sendo elaborados. Essa é uma questão que está sendo investigada. Os cursos tem uma carga horária de disciplinas para Formação Técnica Geral – FTG de 400 horas por semestre, comum a todos os cursos, e, uma carga horária diferenciada para a Formação Técnica Específica –FTE com 1.540 horas, com as particularidades de cada curso, além das 400 horas de estágio, perfazendo um total de 2.340 horas, ao final dos cursos, com duração média de 2 anos.

Como vimos, o Plano de Educação Profissional da Bahia propõe como metas a serem alcançadas a construção e implementação de Centros Territoriais e Centros Locais de Educação Profissional, em vários estados do território baiano que deverá oferecer até 2011 mais de 70.000 vagas para cursos de educação profissional nas diversas modalidades previstas na legislação. Porém, segundo os dados iniciais coletados no CEEP-BA, o funcionamento do Centro em Salvador contemplou no ano de 2009 somente turmas de cursos subseqüentes, pois muitas medidas ainda estão sendo implementadas, entre elas a construção das matrizes curriculares dos cursos, para que as outras modalidades possam ser oferecidas. Os cursos são voltados somente a alunos de escola pública cujo acesso se dá por sorteio eletrônico, sem meritocracia, evidenciando o direito igualitário.

Por conta da sua natureza, de formação técnica específica, os cursos subseqüentes tem como pré-requisito para o ingresso, ter concluído o ensino médio, logo pressupõe-se que o aluno já tenha uma formação geral construída mas, a lacuna identificada é exatamente essa deficiência na formação geral que necessita ser compensada ou complementada no curso profissionalizante, conforme constatamos na análise curricular dos curso subseqüentes em estudo. Entretanto, essa deficiência se faz presente nessa modalidade de ensino historicamente, devido a qualidade do ensino público.

3. Considerações

Neste breve panorama, podemos destacar que as políticas públicas de educação profissional na Bahia, especificamente no IFBA e no CEEP-BA, estão em processo de implementação, ainda de forma tímida, uma vez que as identidades institucionais estão se formando e com elas, provocando mudanças estruturais, com adequações constantes.

As observações parciais feitas no IFBA e no CEEP, por meio das matrizes curriculares dos cursos integrados e subsequentes respectivamente mostram que estes cursos possuem características bem definidas e direcionadas para atender as políticas públicas da educação profissional, formando profissionais diretamente para determinados nichos de mercado. Isso é corroborado pelas áreas de conhecimento dos cursos

Os cursos integrados no IFBA são priorizados em função da representatividade, por corresponderem a 50% do total de vagas oferecidas, e pela valorização e conceito no mundo do trabalho. Nesta forma de ensino a preocupação é de uma formação mais geral, alinhada à formação propedêutica e técnica. Os jovens que procuram estes cursos visam a inserção no mercado de trabalho; e, geralmente, encontram-se na faixa etária entre 15 e 24 anos

Os cursos subsequentes do CEEP-BA atendem a um público específico, beneficiando alunos oriundos de escolas públicas e que desejam entrar no mercado de trabalho, por conta disso a ênfase desses cursos concentra-se nas disciplinas técnicas.

Diante dos estudos preliminares já realizados podemos considerar que as novas exigências no âmbito da formação profissional se voltam a atender as demandas do mercado de trabalho, entretanto, as políticas para a Educação Profissional na Bahia, nos lócus de pesquisa e nos documentos analisados, se direcionam a uma formação mais preocupada com a ciência, cultura e as novas tecnologias.; desafios esses, ainda a serem conquistados.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, R.; LEAL NETO, A; BRITO, E. **O Instituto Federal da Bahia e as metamorfoses da Educação Profissional no Brasil: o que pode mudar?**. In: FARTES, V; MOREIRA, V.(orgs.). Cem anos de Educação Profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia.(1909-2009) Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. **LDB. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CIVIL.03/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 15 set. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 20 nov. 2009, às 18 horas.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2004. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 19 mar. 2010, às 20horas.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 29 mai 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo, Moraes, 1983.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC). **Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.** Brasília, DF, 2000, 127p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2010.

POCHMANN, M. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil.** In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Texto apresentado no GT Trabalho e Educação, na 29ª Reunião da ANPED, em outubro de 2006

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA . **Superintendência de Educação Profissional**. Disponível em <http://www.educacao.ba.gov.br/> Acesso em 19 jul 2010.

Dados de identificação do autor e co-autor

Autor: Edenice da Silva P. Brito - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – Grupo de Pesquisa; Sociedade, Educação Conhecimento Profissional e Trabalho. FACED- UFBA. Salvador-BA

Co-autor: Lisiane Weber de Oliveira - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – Grupo de Pesquisa; Sociedade, Educação Conhecimento Profissional e Trabalho. FACED- UFBA. Salvador-BA